

Deltan queria que dinheiro da Petrobras fosse para os EUA

A defesa do ex-presidente Lula enviou nesta segunda-feira (8/3), ao Supremo Tribunal Federal, uma nova leva de diálogos entre procuradores da autointitulada "força-tarefa da lava jato" de Curitiba. Um dos áudios (escute no final do texto) mostra o procurador Deltan Dallagnol defendendo que recursos da Petrobras, empresa investigada no Brasil e nos Estados Unidos, ficassem no país norte-americano.

José Cruz/Agência Brasil



Áudios foram anexados em reclamação
José Cruz/Agência Brasil

Na mensagem, o então coordenador da "lava jato" paranaense diz que a Petrobras não está sujeita à lei anticorrupção ([Lei 12.846/13](#)). Por isso, só seria possível obter recursos da empresa utilizando a linha adotada pelo Departamento de Justiça (DoJ) dos EUA.

"Não se sujeitando, não existe uma causa legal pra cobrar do Brasil. Não existindo uma causa legal pra cobrar do Brasil, vamos retomar aquele texto do DoJ. Olha só, que o do DoJ fala isso, então não se enquadra e não é uma razão le... que não é uma razão que possa permitir o dinheiro ficar no Brasil", afirmou Dallagnol.

Segundo a defesa de Lula, a estratégia adotada pelo procurador foi a de conseguir, por meio de multas aplicadas à Petrobras, valores e, em seguida, negociar para que percentuais retornassem ao Brasil.

Isso de fato ocorreu. Em 2018, por exemplo, a Petrobras fechou com o DoJ um acordo de US\$ 853 milhões (3,5 bilhões à época). Do total, R\$ 2,5 bilhões voltaram ao Brasil e foram depositados em uma conta da 13ª Vara Federal de Curitiba. Os procuradores queriam que a soma fosse destinada a programas de corrupção que ficariam sob tutela do Ministério Público Federal, o que acabou sendo barrado.

A lei anticorrupção, mencionada por Dallagnol, dispõe sobre punições a empresas que praticam ilícitos contra companhias públicas.

As negociações sobre os valores não poderiam ser feitas diretamente entre o MPF do Paraná e autoridades norte-americanas, já que o órgão central de cooperação internacional é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado ao Ministério da Justiça.

"Não se pode deixar de repisar que a 'lava jato' fazia desde 2015 reuniões com o DoJ para negociar os percentuais sobre multas pecuniárias que seriam aplicadas contra brasileiros e empresas brasileiras, dentre outras coisas. O material foi classificado como sigiloso até para a lei de acesso a informação dos Estados Unidos", afirmou a defesa de Lula.

Ainda segundo os advogados, o áudio confirma "que a 'lava jato' atuou em associação com agências dos Estados Unidos para drenar recursos da Petrobras, usando a legislação e o cenário jurídico norte-americano para essa finalidade, a partir de um acordo estabelecido, insista-se, desde 2015".

A defesa de Lula é feita por **Cristiano Zanin, Valeska Martins, Eliakin Tatuso e Maria de Lourdes Lopes**.

Lula

A peça enviada ao STF traz ainda outro áudio de Dallagnol. Nele, segundo os advogados de Lula, Dallagnol pede que seus colegas de MPF pensem "fora da caixa" ao elaborar a denúncia contra Lula no caso tríplex, que foi apresentada em PowerPoint durante uma coletiva feita em 2016.

"Dá uma avaliada com essa perspectiva, da uma pensada, pensa com a cabeça aberta e mantém o coração aberto pra pensar fora da caixa quando a gente conversar também", disse Dallagnol aos colegas.

A "perspectiva" que deveria ser considerada era a de dizer que Lula chefiava organização criminosa e era o elo entre os demais investigados pela "lava jato".

"O 'pensar fora da caixa' proposto pelo procurador da República Deltan Dallagnol, aliás, efetivamente foi aceito pelos colegas da 'lava jato'. Na denúncia ofertada contra o reclamante no caso do 'tríplex', por exemplo, consta a seguinte afirmação: 'Nesse esquema criminoso, LULA dominava toda a estrutura por ele montada, com plenos poderes para decidir sobre sua prática, interrupção e circunstâncias'".

Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ouvir os áudios

Rcl 43.007

Date Created

09/03/2021